

BLECAUTES

Continua Faltando Luz

Mais um blecaute neste verão atrapalhou a vida dos catarinenses. Desta vez foi na noite de sexta-feira, dia 15 de janeiro, no Sul do Estado. Foram necessárias mais de 10 horas para resolver um problema que, caso não tivesse sido suspenso o sistema de sobreaviso na Celesc, seria de rápida solução.

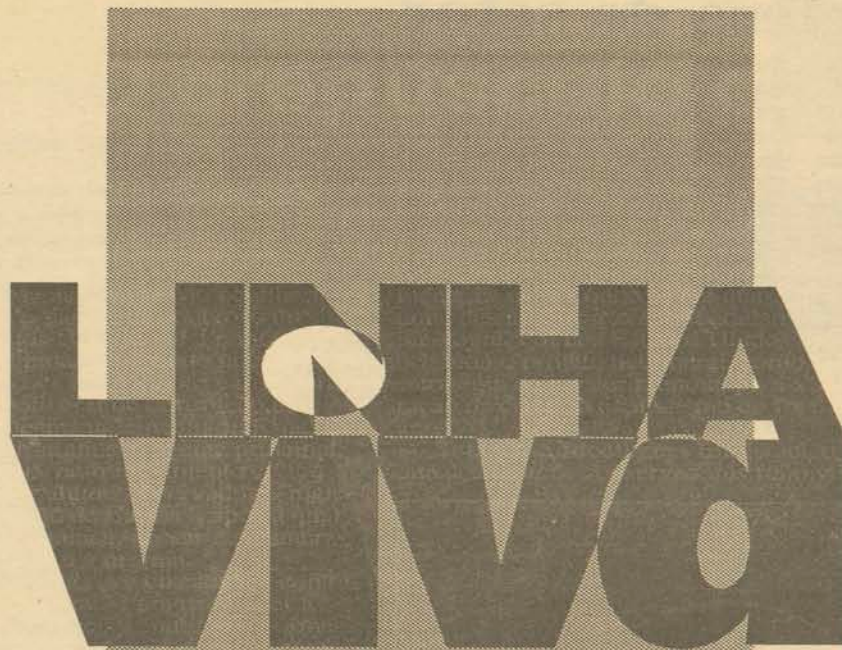
O blecaute atingiu as cidades de Azambuja, Pedras Grandes e Treze de Maio (próximas a Tubarão). Iniciou às 20h57 min. O abastecimento de energia só retornou no dia seguinte às 7h e 19 min. O que aconteceu foi a queda da linha de transmissão ligada a Subestação Tubarão I que alimenta estas três cidades.

Os operadores fizeram os testes mas nada conseguiram e às 21h 30min. então mandaram um carro à procura de eletricitistas. Só foram encontrados dois. Num caso como este é necessária uma equipe, com no mínimo 4 eletricitistas para fazer a manutenção da linha. Como não havia ninguém de sobreaviso era impossível se encontrar as pessoas necessárias para a tarefa. (o sistema de sobreaviso foi suspenso pela Celesc no dia 09/10/92).

Às 23h 50min, por sorte, foi encontrado o engenheiro responsável pela divisão de operação e manutenção. Depois de muito trabalho se descobriu o motivo da queda da linha: uma cadeia de isoladores na torre 162 havia estourado - problema comum no verão por causa das variações atmosféricas.

"Com a suspensão do sobreaviso, e sobretudo no verão, as linhas de transmissão estão sujeitas a desligamentos deste tipo. Se este problema do dia 15 tivesse acontecido com uma LT mais exigida, como a que liga Siderópolis e Criciúma, o Sul do Estado teria ficado todo às escuras", adverte Romero Souza, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina.

Nunca é demais lembrar que a Intersindical vem alertando os consumidores catarinenses que estas ocorrências podem se repetir. Mesmo assim a empresa continua sem tomar nenhuma providência. A Celesc na sua política que aponta para um retrocesso brutal em tudo o que ela já representou para o povo catarinense.



No 211 22/01/93

Celesc oferece reajuste mensal



No final da tarde de quarta-feira, após exaustivas negociações, a Celesc apresentou finalmente a seguinte proposta:

- Cumprimento da lei salarial para todas as faixas, ou seja, no bimestre (abril, agosto) 60% da inflação dos dois meses anteriores e no quadrimestre (fevereiro, junho) 100% da inflação ocorrida no período, menos o que foi antecipado no bimestre.

- Nos meses intercalados da política salarial (março, maio, julho e setembro) será aplicado 80% da variação da arrecadação havida nos meses anteriores,

com a garantia mínima de 60% do INPC, em média.

A empresa porém retirou a proposta de reajuste feita anteriormente para o zeramento da inflação de outubro/novembro, que prometia pagar em 10 de fevereiro. Mas a Intersindical negociou este ponto a fim de manter um ganho monetário, para pagamento em 10 de fevereiro, como era a expectativa dos trabalhadores. Diante disto a Celesc colocou a seguinte alternativa: 1 - antecipação da gratificação acordo (PL) do mês de fevereiro (já reajustado), a ser pago no dia 10 de fevereiro. Conseqüentemente as gratificações acordo do mês de março e abril seriam pagas posteriormente.

Como esta proposta não foi feita por escrito no final da quarta-feira, a Intersindical não pode fazer uma avaliação global do que ela significava, naquele dia. Ela seria encaminhada às assembleias, que se realizariam na noite de quinta-feira, quando esta edição do Linha Viva estava sendo impressa. Estas assembleias decidiriam pela aceitação da proposta ou por greve.

Total Transparência

Uma semana após o prazo estipulado pelo presidente Gazaniga, a imprensa noticiou que o relatório sobre investigação no processo de licitação para elaboração de um plano de cargos e salários para a Eletrosul atestou que não houve fraude no processo. Acreditamos: o processo foi tão transparente que várias pessoas sabiam, com muita antecedência, quem ganharia a licitação, como também o resultado da investigação posterior. Agora os gerentes estão sendo convocados a referendar a concorrência.

De volta para Celesc

Segunda-feira mais 32 pessoas foram reintegradas na Celesc. A ação judicial vinha correndo desde 1987 e o vínculo empregatício foi confirmado pelo juiz Luiz Fernando Vaz Cabeda. O sucesso desta ação, como foi sempre afirmado pelos sindicatos, só foi possível graças à persistência destas pessoas. Além desta, outras ações semelhantes estão em andamento contra a Celesc, causando enormes prejuízos para a empresa, que se mantém intransigente, negando qualquer tipo de acordo.

Não deu em nada

Terça-feira, dia 19 de janeiro, aconteceu mais uma reunião infrutífera entre o Comando Nacional dos Eletricitários e a Eletrobrás. Na mesa de negociação a Eletrobrás diz que não está autorizada a propor uma política salarial para os eletricitários à nível federal, mas se comprometeu a fazer gestões para viabilizar uma proposta neste sentido. O CNE avalia que esta prática de protelar as negociações está ocorrendo desta vez em função da vinculação das diretorias das empresas com o governo anterior e da própria desmobilização da categoria. Na próxima semana o CNE vai procurar efetivar a negociação com os ministros Walter Barello (Trabalho) e Paulino Cícero (Minas e Energia).

CNE na defesa do setor

O CNE, representando pelo companheiros Delman, Cascaes e Setembrino estão em Brasília acompanhando o andamento de três projetos fundamentais para os eletricitários: o da anistia aos punidos, o das Concessões dos Serviços Públicos e o da reformulação do setor elétrico.

Sobre o projeto da anistia aos dirigentes sindicais, proposto pelo Executivo e já aprovado na Câmara, o que está faltando é sua apreciação por parte do Senado. O senador catarinense, Nelson Wedekin, se comprometeu a levar para a reunião de lideranças, na segunda-feira, para que o mesmo possa ser incluído na pauta de votação da semana que vem.

Quanto ao projeto das Concessões, o CNE esteve reunido com o senador José Fogaça, relator do projeto. O que o CNE está propondo é a retirada dos artigos 40, 41 e 42 das disposições transitórias, que, se aprovadas, transformam o setor elétrico numa colcha de retalhos, onde o setor privado, através de licitações abocanhará o filé

mignon e, para o setor público, sobra a carne de pescoço. O CNE conseguiu também audiência com o presidente do Congresso, Mauro Benevides, no dia de hoje, para discutir a retirada do projeto como um todo, substituindo-o por projetos setoriais.

Por último o CNE esteve discutindo com as lideranças partidárias a sua preocupação com o projeto do Executivo que altera profundamente a atual estrutura do setor elétrico (ver matéria ao lado). Diante da intenção do governo de incluir esta matéria ainda no período da convocação extraordinária (10 de fevereiro), a melhor estratégia parece ser a de entrar com emendas substitutivas, resguardando o que o projeto contém de positivo.

Conseguiu-se ainda incluir o nome do dirigente do Sinergia, João José Cascaes Dias, como representante do CNE na audiência com o presidente Itamar Franco, na próxima segunda-feira, onde será debatido, com o Fórum de Ciência, o projeto das Concessões dos Serviços Públicos.

Programa da Cisat para 93

Várias deliberações foram aprovadas durante a reunião do Conselho Político da Cisat (Comissão Intersindical de Saúde), que aconteceu no dia 14 de janeiro, em Pomerode. O plano de trabalho da comissão envolve várias frentes de atuação. Uma síntese das propostas aprovadas é a seguinte: 1- ampliar a participação dos sindicatos na Cisat; 2- promover seminários sobre organização no local de trabalho, Cipa e elaboração de mapa de risco; 3- exigir e participar da implantação do Prosat (Programa de Saúde do Trabalhador) no Estado; 4- pressionar a Secretaria da Saúde do Estado a assinar a resolução que implanta o Prosat e convocar a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador; 5- assessorar a discussão e elaboração de planos de trabalho em saúde das entidades sindicais; 6- promover curso de formação sindical em saúde e trabalho em julho de 93; 7- estimular e subsidiar a discussão nos sindicatos sobre o INST e DIESAT; 8- estimular a participação dos sindicatos no Fórum Popular de Saúde e 9- preparar a participação sindical na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e suas etapas regional e estadual.

Barrageiros encerram protesto

O representantes das 2.500 famílias atingidas pelas obras da barragem de Itá, que estiveram acampados durante sete dias na frente da sede da Eletrosul, terminaram seu protesto na tarde de terça-feira, dia 19 de janeiro. Eles conseguiram que a Eletrosul, finalmente, comprasse uma área de 1.800 hectares, onde serão assentadas 70 famílias. O assentamento, chamado Chopinzinho, se situa no Paraná e a aquisição da terra

custou 1 milhão e 800 mil dólares. Os representantes da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) deram por encerradas as manifestações com a solução desta etapa dos assentamentos. O problema social em Itá se arrasta desde 1987. No total 200 famílias foram transferidas para outras terras, o que representa apenas 18% do total dos atingidos.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

SETOR ELÉTRICO

Santa Catarina perde com reforma

Há 15 dias o governo divulgou seu projeto para o setor elétrico. No Rio de Janeiro, esta semana, o presidente da Eletrobrás recebeu o Comando Nacional dos Eletricitários para apresentar o projeto. Reunidos depois com a equipe técnica que o assessora o CNE debateu o conteúdo do pacote do governo e o que ele significa para a sociedade, eletricitários e empresas. Mauro Passos, presidente do Sinergia, participou deste debate e, numa entrevista ao Linha Viva, analisa a proposta governamental.

LV - Você está dizendo que Santa Catarina sairá perdendo com este projeto. Por quê?

Mauro - Primeiro é importante que todos saibam o que contém esta proposta. Com a intenção de sanear financeiramente as empresas estaduais e federais, através de um acerto de contas, cujo ônus recairá sobre o Tesouro (equivalente dizer sobre a população), o projeto revive a questão da desqualificação tarifária.

LV - O que é isto?

Mauro - A desqualificação tarifária é a negação do espírito federativo. A partir dela a energia elétrica terá preços diferenciados em cada Estado. Hoje, em qualquer canto do Brasil, os consumidores pagam a mesma tarifa, pois os custos de geração e transmissão são divididos igualmente. Por exemplo: o custo das usinas térmicas situadas em Santa Catarina são bem mais caros que a geração hidráulica que existe no Paraná. Só que a diferença é rateada em todo país, diluindo a diferença. Agora, com a desqualificação, os governos de cada Estado irão definir qual sua tarifa, baseados nos seus custos.

LV - É por isto que Santa Catarina é prejudicada com a nova proposta?

Mauro - Esta é uma das razões. Nosso Estado compra 95% da energia que consome. Ficamos extremamente dependentes dos outros Estados. Outra causa da nossa vulnerabilidade é a situação geográfica. Coincidentemente, somos vizinhos do mais beneficiado pelo projeto: o Paraná - Estado com grande potencial energético. Lá estão as usinas de Foz do Iguaçu, Segredo, Salto Osório, Salto Santiago e Itaipu. Isto permite ao governador paranaense traçar uma política de desenvolvimento baseado numa tarifa barata, atraindo para seu Estado as indústrias que aqui estão ou que venham aqui se instalar.

LV - Quem mais se beneficia com a desqualificação?

Mauro - A rigor, todo Estado que tenha uma geração própria significativa. É o caso de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Os demais, em maior ou menor

escala, ficarão dependentes da política tarifária a ser implantada por estes Estados.

LV - Sobre a população quais os reflexos que este projeto teria?

Mauro - Uma das primeiras coisas a acontecer será o aumento tarifário real, que já se dará em valores diferenciados. Estados como Santa Catarina precisarão, de saída, dar um tarifaço. Outros terão tempo para se ajustarem a esta nova realidade, mas também terão que aumentar sensivelmente as tarifas. Outro ponto crucial, é a questão dos consumidores de baixa renda, os de área rural e áreas pouco povoadas. O custo de atendimento é bem mais caro para eles. Como o custo desta energia não será mais diluído, o Estado tenderá a não atender este consumidor que onerará sua planilha de custo.

LV - Isto permite também aos governadores usarem politicamente os aumentos ou não de tarifas.

Mauro - Sim para alguns. Aqueles cujos Estados tenham potencial energético próprio. Os outros terão dificuldades de trabalhar políticas sociais ou econômicas, já que este insumo não está à sua disposição. Isto poderá inclusive gerar disputas entre os Estados que poderão vir a ser prejudiciais à nação como um todo.

LV - A tarifa da energia pode ser utilizada pelos governadores inclusive para benefícios próprios em campanhas eleitorais.

Mauro - Sim, sem dúvida. Sabemos como funcionam estas questões em véspera de eleições. O governador pode trabalhar com a questão tarifária para obter votos para seu partido sem compromisso nenhum com a saúde financeira da concessionária, que pode até falir pela utilização indevida deste patrimônio público.

LV - Mas existem outras coisas neste projeto que estão preocupando os eletricitários, como a fusão de empresas, a privatização, expansão e manutenção dos sistema elétrico e outras.

Mauro - Além da questão tarifária o projeto deixa em aberto questões fundamentais para o futuro do sistema elétrico brasileiro. Ele é indefinido em relação à continuidade do setor. Não diz se isto se dará através da entrada do capital privado, se através de uma recuperação financeira do setor via tarifas, permitindo que se retome os investimentos, se através de capitalização de recursos externos. A rigor, está tudo muito indefinido. Isto, aliás, depende de outras discussões que estão acontecendo no Congresso Nacional, como a Lei das Concessões de Serviços Públicos, que, se aprovada, vai

mexer mais que o próprio projeto do governo.

LV - E quanto à manutenção do sistema? Qual seria a preocupação? **Mauro** - É evidente que ao passar para os governos estaduais o preço da energia, o custo de manutenção, que é alto, vai também ter um tratamento político. O sistema ficará mais vulnerável, uma vez que as manutenções preventivas, por exemplo, serão sistematicamente postergadas para se gastar menos, sobrando recursos para fazer política, deixando para os sucessores o ônus da recuperação dos sistemas.

LV - Pelo jeito este projeto de lei do Itamar, como o decreto 409 do Collor, são verdadeiras bombas-relógio armadas para os consumidores. O que o CNE pretende fazer?

Mauro - Assim como fizemos com o decreto 409, também faremos com este projeto: debater com a sociedade, questionar o Executivo e propor modificações ao Legislativo. É o que já estamos fazendo. Na quarta-feira encaminhamos um documento com as principais preocupações do CNE, ao presidente da República, ao ministro das Minas e Energia, ao presidente da Eletrobrás e ao presidente da Comissão de Energia da Câmara Federal.

LV - Temos pouco tempo.

Mauro - É o Executivo pretende alterar um dos principais setores do país em poucos dias, sem conversar com a sociedade. Por isto a nossa pressa. Já conseguimos o compromisso do deputado Marcelo Barbieri, presidente da Comissão de Minas e Energia, de convocar uma audiência pública na Câmara para debater o assunto. Também o senador José Fogaça, relator do projeto das Concessões, se comprometeu examinar a matéria dentro das preocupações levantadas pelos eletricitários.

LV - Há espaço para propor modificações?

Mauro - Vai depender da nossa capacidade de envolver determinados segmentos da sociedade. O tempo está trabalhando contra nós. Acredito que as federações de indústrias, políticos e próprios governadores se sensibilizarão para o problema.

LV - O que faltou dizer?

Mauro - Não se questiona, do projeto, a intenção de sanear as empresas e equacionar pendências antigas, que são necessárias. O que se busca é o aprofundamento das discussões sobre questões fundamentais inseridas no projeto e que provocarão graves repercussões, afetando não só o setor, mas toda sociedade. Isto, por si só, exige amplo debate, que em síntese é o que estamos propondo.

TRIBUNA LIVRE

O PROJETO DO GOVERNO ITAMAR

José Alvaro Cardoso
DIEESE - Escrit. Regional

O Governo Itamar luta com suas próprias ambiguidades. Por ter sido vice de Collor, o Presidente, pelo menos em tese, concorda (ou concordava) com as concepções neoliberais. Pelo menos em sua maioria. A concordância com as idéias neoliberais, todavia, nunca significou uma defesa ardorosa das mesmas por parte do vice de Collor. Pelo contrário, as poucas manifestações públicas de Itamar foram para se posicionar contra a privatização de algumas empresas estratégicas (em especial aquelas radicadas em Minas). De fato, tirando alguns esperneios antiprivatização, pouco se ouviu falar em Itamar nos dois primeiros anos de (des)governo Collor.

Logo, não é demais imaginar que até há muito pouco tempo o presidente não tinha propriamente um projeto de governo, seja este de caráter reformista ou conservador. O próprio ministério foi escolhido visando contemplar o amplo leque de forças que apoiou o impeachment e não em função de um programa de governo, claro e exaustivamente discutido.

Se o apoio quase que consensual da sociedade foi fundamental para expulsar os ladrões do planalto, ele acaba de certa forma impedindo o governo de deslanchar. O arco de alianças excessivamente amplo coloca o risco do eclético ministério se auto-anular. Não esqueçamos que o ministério comporta desde banqueiros até pessoas reconhecidamente comprometidas com as forças populares deste país. Se estamos todos no mesmo barco contra um inimigo sem rosto chamado crise, que medidas concretas para combater a esta última adotar?

Assim, ao invés de se discutir a estrutura oligopolizada da economia brasileira - juntamente com as formas da sociedade gerar mecanismos de controle da mesma para assim controlar também a inflação - fica-se lutando contra inimigos eventuais. Numa semana é o "excesso" da indústria farmacêutica, noutra a "ganância" dos empresários da indústria da alimentação. Fica-se ao nível da aparência dos problemas.

O estilo "homem simples", assumido por Itamar, que ora reclama do aumento noturno da gasolina, ora passa uma decompostura no ministro da economia pelo nível da taxa de juros, é dose pra elefante. Muito mais que ingenuidade ou ignorância à respeito da complexidade da economia, ele significa ausência de um projeto global de governo.

Este governo entraria para a história se conseguisse desencadear imediatamente um processo de combate à fome e iniciasse uma caminhada rumo ao desenvolvimento econômico e social. A sociedade não espera milagres de um governo que assume por dois anos com a economia em frangalhos. Mas também não pode aguardar que o super-homem venha nos salvar em março de 1995. Inclusive porque, até lá talvez não haja mais nada para salvar.

O crepúsculo dos deuses

Bernardo Kucinski, de Londres

para o Jornal Brasil/Agora

Sucedem-se as derrotas do neoliberalismo. Desde o país mais poderoso do mundo, Estados Unidos, até a remota República da Irlanda, vêm sendo nocauteadas as ligações reacionárias carreadoras do projeto neoliberal de destruição dos sindicatos e desmantelamento do Estado. No Brasil, perderam seu agente principal, Collor de Melo, num movimento cívico comparado por alguns observadores ingleses à decapitação de Carlos I, após a qual a monarquia britânica, apesar de restaurada, nunca mais foi a mesma.

Mas, estaria morta e enterrada a contra-revolução neoliberal? Para responder a essa pergunta é preciso entrar nos pormenores, tanto das sucessivas derrotas como de suas esporádicas vitórias. A principal destas últimas foi a de John Major na Grã Bretanha, por um triz, prometendo a recuperação econômica que não veio, dando aos eleitores o pretexto necessário para não votar nos trabalhistas. Mas a causa real de sua sobrevivência foi a profunda erosão na credibilidade da alternativa ao neoliberalismo, o Partido Trabalhista. Hoje, segundo as pesquisas de opinião pública, com a sucessão de escândalos no governo, 435 mil sem-teto e o desemprego se aproximando da casa dos 3 milhões, 48,4% dos eleitores dizem que votariam nos Trabalhistas e apenas 32% nos conservadores.

Mas será que na hora de votar não se iludiriam de novo com o projeto neoliberal? Muitas de suas conquistas ideológicas sobreviveram, reforçadas pelo colapso paralelo das economias planificadas do Leste europeu. Entre elas a vergonha da condição operária e a crença no mercado. As mesmas pesquisas Gallup mostram que o povo repudia outras propostas neoliberais, especialmente a de desmantelamento do serviço estatal de saúde e a privatização dos transportes.

Pátria do Neoliberalismo - Também foi relativa a vitória de Clinton, minoritária, pois votaram apenas 45% dos eleitores e desses ele recebeu apenas 43%. No entanto, deu-se o maior comparecimento eleitoral nos Estados Unidos, após décadas de declínio na qualidade da democracia americana. E no rol da campanha de Clinton aconteceu uma profunda transformação no caráter do Partido Democrata, com o reengajamento dos ativistas negros, sindicalistas e intelectuais liberais.

Clinton é a consequência lógica da rebelião de Los Angeles, na primeira semana de maio. A revolta dos que durante 12 anos foram esmagados pela contra-revolução de Reagan e Bush, que tirou dos pobres para dar aos ricos (sob pretexto de que isso criaria demanda e a recuperação econômica). A proporção de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza subiu

de 10 para 15% entre brancos e de 30 para 34% entre negros. Se há uma diferença entre Clinton e Bush, ela está no rechaço do neoliberalismo como modalidade de ideologia dominante, o que terá profunda repercussão no cenário mundial, especialmente na esfera onde se faz mais importante desmistificar o neoliberalismo, a da ideologia. Foi nos Estados Unidos que se originou o projeto neoliberal, como uma estratégia de caráter mundial para a superação da crise do capitalismo do final dos anos 70.

Soberana Ideologia - Em Israel, o que derrotou os conservadores foi o voto



pela paz e o voto dos imigrantes russos. À medida que a direita israelense foi assumindo cada vez mais um caráter fascista, expansionista e clerical, o Partido Trabalhista, que havia governado o país desde a sua origem, sendo desalojado na vaga neoliberal dos anos 70, conseguiu recuperar o mandato popular aliando-se com uma nova esquerda, que nunca deixou cair a bandeira da solidariedade.

Na República da Irlanda, pela primeira vez em 70 anos, o Partido Trabalhista conseguiu votação suficiente para se tornar a chave de qualquer coalizão do governo. Com 20% de desempregados, ruiu o domínio secular do Fianna Fail, conservador, e o voto nos trabalhistas pulou de 9 para 17%, graças a uma boa liderança e uma bem articulada proposta de governo.

As palavras-chave de hoje são: crise e proposta. O neoliberalismo foi uma proposta para uma crise. A proposta emplacou, mas crise continuou. A proposta

sobrevive como ideologia e só pode ser derrotada através de uma nova proposta com qualidade de ideologia, sem o ranço corporativista ou stalinista do passado, sedutora e convincente no plano da imaginação, bem costurada no plano político.

Os sintomas visíveis do fracasso operacional do neoliberalismo estão aí: o desemprego estrutural em todos os países do centro capitalista, nos quais cresce rapidamente o neofascismo; a pesada dívida externa nos países latinoamericanos, a desagregação social e do Estado no continente africano. No último número da revista *New Left Review*, Andrew Glyn faz um balanço rigoroso do que foi o neoliberalismo nos planos econômico e social, como tentativa de resolver o conflito distributivo dos anos 70 e restaurar um processo de acumulação através do desmantelamento da organização operária e da eliminação da inflação e do déficit público. Sua principal conclusão foi a de que essas políticas não conseguiram plantar as bases de uma expansão duradoura e que o boom do final dos anos 80 alimentou-se essencialmente de uma bolha financeira.

Retrato do Fracasso - Nos 15 anos de neoliberalismo, o crescimento econômico dos conjuntos das 24 principais economias capitalistas foi de apenas 2,7% em média ao ano, em comparação com os 4,9% anteriores à crise dos anos 70. A taxa anual média de inflação caiu de 8,8% para 5,2%. O número de greves nos países centrais caiu de uma média de 40 dias por ano para apenas 23 em 1980-1990.

O desemprego subiu de 4,2% para 6,8% e tornou-se estrutural. Em toda parte, mais famílias tornaram-se mais endividadadas, e mais pobres, deprimindo o consumo. Todas as projeções apontam para a permanência de altos índices de desemprego nas economias capitalistas avançadas. Os déficits públicos só fizeram subir durante quase todo período neoliberal, caindo a níveis inferiores aos dos anos 70 apenas no finalzinho do período. E as famosas privatizações, num outro balanço de David Parker, terminaram sem provar o seu argumento principal, de que a administração privada é melhor que a pública.

Tudo isso me lembra um encontro em 1976 em que estavam na mesa Paul Sweezy e um economista russo cujo nome esqueci e que sacudia desesperadamente a cabeça em sinal de não, quando Sweezy prognosticava que daquela vez não havia dúvidas, a crise do capitalismo era final. As coisas que hoje em dia se produzem, dizia ele, não geravam emprego suficiente e nem demanda. O russo sabia das coisas na União Soviética e provavelmente achava que era tudo o contrário, mas não tinha a coragem de dizer isso com todas as palavras. Passaram-se 15 anos de neoliberalismo ao Ocidente. O russo tinha razão, a economia planificada, e não o capitalismo, ruiu espetacularmente. Mas Paul Sweezy também tinha: está faltando gás ao capitalismo.